

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 514.061 - GO (2019/0161861-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**REQUERENTE : JEFFERSON SANTANA SANTOS**  
**ADVOGADO : JASCINÉIA COSTA DOS SANTOS - DF051371**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de e-STJ fls. 63/66, na qual, em razão da deficiente instrução do feito por ausência de cópia da decisão que indeferiu o pedido liminar formulado perante o Tribunal de origem, indeferi liminarmente o *habeas corpus*.

Ao formular o pedido de reconsideração, a defesa juntou aos autos cópia da mencionada peça processual, destacando que, "*por erro, não fora juntado aos autos a cópia da decisão da autoridade coatora impetrada, no entanto, ficou evidenciado e apontado a violação do direito de liberdade do paciente*" (e-STJ fl. 69).

É, em síntese, o relatório.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa (e-STJ fls. 69/70), é de se manter hígida a decisão que indeferiu liminarmente a presente impetração, uma vez que o presente *writ* se insurge contra a decisão monocrática do relator que indeferiu o pedido liminar, consignando, para tanto, que (e-STJ fl. 72):

*A pretensão exposta está vinculada ao exame do mérito da ação penal do habeas corpus e depende da sua processualização, de maneira que o acolhimento, na providência acauteladora, implica na outorga da solução satisfativa, incompatível com o juízo provisional, conduzindo à negação da medida de urgência.*

Em outras palavras, o relator concluiu que a questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *writ* no momento adequado, e que o pedido liminar se confundiria com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno.

Nessas circunstâncias, não tendo sido demonstrada a existência de

flagrante ilegalidade, esta Corte fica impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ante o exposto, por entender não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

